



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.389, DE 2000 (Do Sr. Alceste Almeida)

Proíbe o emprego de animais selvagens em espetáculo público.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 2.875, DE 2000)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É proibida, em todo território nacional, a apresentação de espetáculo público que tenha como atrativo a exposição de animais selvagens.

Art. 2º A proibição prevista no artigo anterior não se aplicará quando se tratar de exposição sem fins lucrativos e de natureza científica ou educacional.

Art. 3º A infração ao disposto nesta lei constitui crime, sujeitando os responsáveis à pena de detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, se o fato não configura crime mais grave.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O emprego de animais selvagens em espetáculo público exige um tratamento altamente especializado para evitar o perigo potencial que representa para o grande público que o assiste.

A presença de animais ditos amestrados em espetáculos públicos sempre desperta grande curiosidade, mormente em cidades do interior, onde são raras as oportunidades de diversão coletiva.

Contudo, o lucro proporcionado por esse tipo de exibição, por parte de empresas particulares, não pode ser mais importante do que o dever que tem o Estado de proporcionar a indispensável segurança à população, que fica exposta a um perigo coletivo, sempre que um animal selvagem é exibido sem as medidas acautelatórias que tal caso exige.

Ademais, o tratamento dispensado aos animais está longe de ser compatível com o mínimo indispensável para conservá-los em cativeiro, de forma mansa e pacífica exigida para o espetáculo.

Recentemente, em Jaboatão dos Guararapes – PE, um leão de um circo devorou uma criança, e a população enfurecida exigiu o sacrifício de quatro outros animais que não eram tão algozes senão também um pouco vítimas.

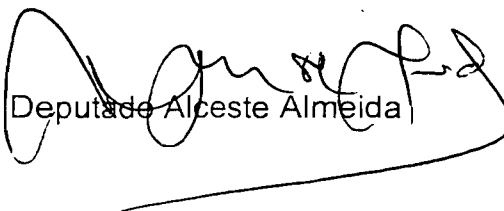
Diligências posteriores comprovaram que os animais estavam visivelmente famintos, fato que desencadeou neles o instinto selvagem de atacar a presa.

Para salvaguardar o caso dos jardins zoológicos que não se destinam a espetáculos públicos com fins lucrativos, o presente projeto os coloca sob o pálio protetor do artigo segundo, sem qualquer restrição quanto à exibição pública de animais selvagens sob sua guarda.

Para dotar a lei de efetividade, dispõe o artigo terceiro que o seu descumprimento importará em sanção penal.

Estou certo de contar, mais uma vez, com o indispensável apoio de meus eminentes pares, na discussão e aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, em 30 de Junho de 2000.


Deputado Alceste Almeida